

ARTIGO

CAVE A TERRA ROXA:

TRAJETÓRIA DO MILITANTE NEGRO FRANCISCO ALVES CABRAL
NA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS (1960-1969) E
AS RELAÇÕES ENTRE ANTICOMUNISMOS E DESIGUALDADES

JULIANA CAROLINA DA SILVA

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
(IFAM) *campus* Parintins. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0286-8543>

RESUMO: O presente trabalho visa tecer relações entre anticomunismo, conspiracionismos e a lógica da suspeição, a luz da trajetória de Francisco Alves Cabral, em sua atuação sindical rural na década de 1960, em Andará/PR. O entendimento sobre opressões e coerções, promovidas por discursos, imaginários e ações, e de suas inflexões no sistema cultural, político e econômico de reprodução das desigualdades, será uma ferramenta para dimensionar as resistências empreendidas por trabalhadores/as negros/as no campo. Também utilizaremos o estudo dessa trajetória para pontuar aspectos da produção historiográfica sobre o período, a Justiça de Transição e o acesso a reparação às vítimas da Ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Trajetória; Anticomunismos; Interseccionalidade; Trabalhadores rurais.

DIG THE SOIL PURPLE:

THE TRAJECTORY OF BLACK ACTIVIST FRANCISCO ALVES CABRAL IN THE ORGANIZATION OF RURAL WORKERS (1960-1969) AND THE RELATIONS BETWEEN ANTI-COMMUNISM AND INEQUALITIES

ABSTRACT: This paper aims to weave relations between anti-communism, conspiracy theories and the logic of suspicion, in light of the trajectory of Francisco Alves Cabral, in his rural union activities in the 1960s. The understanding of oppressions and coercions, promoted by discourses, imaginaries and actions, and their inflections in the cultural, political and economic system of reproduction of inequalities, will be a tool to measure the resistance undertaken by black workers in the countryside. We will also use the study of this trajectory to address specific aspects of the historiographical production on the period, Transitional Justice and access to documents for victims of the Dictatorship.

KEYWORDS: Dictatorship; Trajectory; Anti-communism; Intersectionality; Rural workers.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v82p268-293>

Recebido em: 30/11/24

Aprovado em: 30/01/25



Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar a trajetória de Francisco Alves Cabral, liderança sindical de Andirá/PR, na década de 1960. O conhecimento dessa trajetória é importante para compreendermos as manifestações de diversas formas de violência, como a estrutural, violências sistêmicas e as próprias consequências do anticomunismo na trajetória de militantes políticos. A partir do entendimento das diferentes opressões e coerções, e de suas inflexões no sistema cultural, político e econômico de reprodução das desigualdades, poderemos ter ferramentas para entender as complexidades das resistências. Para tanto, serão explorados os seguintes tópicos: 1) Militância sindical; 2) Repressão institucionalizada; 3) Prisões; 4) De preso político a informante; e 5) Desaparecimento. As fontes utilizadas são documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas, do Projeto Brasil: Nunca Mais, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Público do Estado do Paraná.

Na primeira metade do século XX havia muitos migrantes que iam para a região do Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida, na esperança de produzirem em uma terra considerada fértil, de muitas fazendas e com novas oportunidades de recomeços de suas vidas. Francisco Alves Cabral era um desses migrantes, nascido em 1923, homem negro, de baixa estatura, vindo da Paraíba. Casou-se com Maria Nazaré Cavalcante Oliveira, mulher negra e migrante também, nascida em Gradaú, no Estado do Pará, filha de maranhenses. Ambos se deslocaram para Andirá, PR, em 1956, com três filhos. Andirá é uma cidade pequena, próxima da divisa com o Estado de São Paulo e na época, possuía cerca de 20 mil habitantes.

Em 1961, com os filhos, Cabral e Nazaré se mudam para a Fazenda Barreirão S/A, de Andrez Castilho. No corte de cana também trabalhavam seus filhos, José Alves Cabral, de doze anos, Joel Alves Cabral com dez anos e Raimundo Alves Cabral, com então sete anos. Ao serem contratados pelos colonos-chefe, as famílias escolhidas eram aquelas mais numerosas, que deveriam ter no mínimo três enxadas, não sendo contratados trabalhadores solteiros. Entretanto, por mais que a família toda de Cabral trabalhasse, além do salário abaixo do estipulado em lei, eram descontados valores referentes a

habitação, lenha, abatimento de 60% do valor do litro de leite, taxa fixa de Cr\$ 100,00 de uso de energia elétrica, fornecimento de mercadorias, como óleo, açúcar, feijão, café e desconto pelo terreno utilizado para o cultivo particular.

Era costumes que os patrões infligissem descontos salariais, que muitas vezes deixavam os trabalhadores em dívidas, pois esta era uma estratégia dos proprietários de terras para manter os colonos dependentes das fazendas, podendo apenas subsidiar a sua subsistência. Esse sistema influía no domínio sobre a terra, uma vez que a luta pela condição básica de vida impedia a acumulação de capital e aquisição de terra por parte dos trabalhadores e o aproveitamento dos lucros advindos desta, visto que o plantio de alimentos para sobrevivência e a terra utilizada passavam a ser custeados pelo trabalhador. A pobreza e, muitas vezes, a fome demonstravam assim sua funcionalidade para a sustentação da ordem existente. Então, como Cabral, muitas outras pessoas quando chegavam à região se deparavam com um forte sistema de exclusão social e acabavam trabalhando nas colônias das fazendas, com salários baixos, em diferentes cultivos.

Então, na fazenda Cabral era motorista, colhia café e cortava cana, também fazia serviços temporários de eletricista, e Nazaré, sua esposa, fazia “prendas domésticas” e auxiliava o marido no corte de cana e nas colheitas. Após dois meses trabalhando na Fazenda Barreirão, Cabral passou a exercer a função de feitor de turma, sendo exercia uma função de chefia, pois o cargo de feitor de turma era encarregado direto do administrador. O feitor era um gestor ou capataz, supervisor dos trabalhadores, e Cabral era um feitor negro, que geria o trabalho de homens brancos migrantes e imigrantes e de homens negros.

Militância sindical

As migrações, fome, saques e o medo, bem como as maneiras de resistências, fazem parte das histórias das transformações do Norte do Paraná nas décadas de 1950 a 1970. Além de todas as violências estruturais e de exploração do trabalho que adentrava o cotidiano e as relações afetivas dos indivíduos, as violências também se intensificaram no contexto das mudanças políticas desse período. O agravamento das péssimas condições de vida entre

os trabalhadores do campo favoreceu a formação de organizações camponesas e sindicais. De 1950 em diante, figurava-se o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais na região.

O surgimento do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Norte do Paraná é datado de 1956, com sua fundação em Londrina, mas possuindo atuação e influência em municípios vizinhos. Nesse mesmo ano, foram fundados sindicatos em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá. Segundo Piori e Pomari (2012), a sindicalização foi favorecida, de um lado, pela fundação de uma entidade nacional, coordenadora do movimento dos trabalhadores rurais: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954; e de outro, pela desestruturação das relações de trabalho, há muito arraigadas no contexto cultural do homem do campo, com o fim do sistema de colonato, o fim da agricultura de subsistência e a cobrança do aluguel de moradia, que exerceram uma força de desestruturação, tornando piores as condições de vida do trabalhador rural. Buscando na organização encontrar formas de melhorar esse quadro, a primeira entidade de caráter sindical de Andirá foi a União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá (ULTGA). Fundada em 1962, a ULTGA teve Cabral como presidente nos anos de 1963 a 1964. Mas os trabalhadores rurais enquanto novos atores políticos não foram aceitos pelas forças políticas dominantes na região, a cujos interesses se opunham. A melhoria de vida do trabalhador rural não era uma pauta vista como importante pelos proprietários de terras, pelo contrário, era uma ameaça.

No ano de 1963, houve eleições para prefeitos e vereadores. Euclides Cassemiro Teixeira concorreu a Prefeito em Andirá pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e perdeu a eleição. Em 23 de outubro de 1963, Teixeira enviou uma carta a Amaury de Oliveira e Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social, relatando que a derrota eleitoral ocorreu devido “a intromissão astuta e altamente dos acirrados elementos comunistas no ‘Sindicato dos Trabalhadores Rurais’” e suplicando por uma ação aos líderes, para que estes, como políticos, pudessem salvar o país da “derrocada” e da ameaça comunista¹.

¹AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 16.

De acordo com o estudo de Ângelo Priori, Luciana Pomari, Sílvia Maria Amâncio e Verônica Karina Ipólito (2012, p. 174), sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os movimentos sociais do campo no estado do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, os jornais como o *Folha de Londrina* (19 de maio, 29 de junho, 27 de agosto de 1956) e *Diários Associados*, “publicavam, quase que diariamente, notícias de assembleias de trabalhadores rurais, acusando estes de ‘baixo nível mental’ e de querer atear fogo nas lavouras de café”. A elite mobilizou meios discursivos, como a imprensa e a tribuna do Congresso Nacional para uma campanha anti-sindicato. O trabalhador sindicalizado passou a ser retratado como um inocente, massa de manobra na agitação no campo, que estaria sendo manobrado por comunistas, subversivos e agitadores. O “desequilíbrio econômico da região” e a queda da “produção agrícola” (Priori et. al, 2012, p. 173), provocados pela agitação nos meios rurais, ainda de acordo com o estudo mencionado, são expressões que aparecem em quase todos os discursos jornalísticos dos anos 1950 e 1960. Conforme as/autoras/o “O que acarretaria esse ‘desequilíbrio’, segundo seus interlocutores, seria o espírito de divergência de classe, que estava sendo incutido entre os trabalhadores rurais por ‘perigosos subversivos’” (Priori et. al, 2012, p. 173).

Além das elites, a Igreja também atuava no âmbito da política do campo. Como aponta a pesquisadora Carla Simone Rodeghero, no texto “Campo x Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul” (1997), a Igreja Católica “buscou atuar na eliminação da propagação do comunismo, entendendo esta como formas de “defender o campo”, garantindo a manutenção da lealdade religiosa e mantendo essa população da zona rural” (Rodeghero, 1997, p. 149). Nesse cenário, os empregadores protestaram contra os sindicatos criados pelo PCB, de maneira legal, fazendo uso da imprensa, das tribunas das casas legislativas e dos tribunais de justiça. Entretanto, alguns patrões se utilizaram de meios ilegais, como a invasão aos sindicatos, apedrejamento, incêndios, ameaças com armas de fogo, voz de prisão, cerceamento da locomoção, entre outros, com o objetivo de destruir as entidades dos trabalhadores rurais. Era um momento difícil para a organização sindical e para a militância que Cabral havia começado a empreender.

Ainda segundo o jornal *Terra Livre*, na assembleia de fundação da ULTGA em dezembro de 1962, participaram 50 trabalhadores do campo. Lá

foram discutidos problemas de interesse dos camponeses e se buscou traçar planos para a luta e organização da classe.² Os motivos das reivindicações, prioritariamente ligados à melhoria de condições de vida, eram geralmente levados ao tribunal em forma de processos trabalhistas contra os patrões, orientados pela União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR. Cabral, como presidente do Sindicato, participou de todas as reuniões que ocorreram do período, acompanhando os demais trabalhadores rurais sindicalizados. Dessa maneira, a orientação e os esclarecimentos sobre a legislação trabalhista e os direitos já garantidos em lei estavam muito presentes na luta no campo no período pré-1964 e eram uma das pautas primordiais da ULTGA.³

Existem diversas evidências de que os dirigentes sindicais de Andirá tinham relações com o Partido Comunista do Brasil⁴: a) Considerando a comunicação dos trabalhadores rurais de Andirá com o jornal *Terra Livre*, através da publicação de cartas e matérias sobre suas lutas; b) A criação da instituição denominada União dos Lavradores e Trabalhadores, sendo uma alusão a ULTAB - Entre as instituições de esquerda que se articulavam na organização dessas lutas, fundamentalmente com a orientação do Partido Comunista Brasileiro, havia sido criada em 1954, em São Paulo, a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Esta organização funcionava como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados em geral no país; c) Com a participação de membros da ULTGA na Assembleia Geral Ordinária da ULTAB, em São Paulo; d) A aplicação das diretrizes da Assembleia nas ações da ULTGA.⁵

²TERRA LIVRE, Dezembro de 1962, n. 17, ano XIII. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em:

<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>>.

³AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 241.

⁴ Em 1961 houve a mudança do significado da sigla PCB, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro e em 1962 o grupo liderado pelos pecebistas João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar fundou uma nova organização com o nome de Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB.

⁵TERRA LIVRE, março de 1963, ano XIV, n. 120, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&PagFis=5243&Pesq=Andir%c3%a1>>.

No ano de 1963, intensificam-se as greves e as iniciativas dos trabalhadores rurais no sentido de fazerem valer às leis. Como demonstra a tabela abaixo, construída com fontes diversas, no cotidiano dos conflitos havia muitas formas de ação, que contemplavam as marchas, passeatas e acampamentos nas cidades, para pressionar as instâncias de poder e mobilizar o apoio da opinião pública. Entretanto, a recusa dos proprietários em negociar com os trabalhadores organizados, impulsionava um processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e da acentuação da violência, indo desde privação de alimentação e deslocamento até a coação física e ameaças, de maneira que a tortura psicológica (com as ameaças e humilhações) e a tortura física eram formas de violência sistêmica entre as diversas fazendas.

Retornaremos à família de Cabral, nos anos iniciais da década de 1960, através da entrevista concedida por Maria Nazaré ao jornal Folha de Andirá, em 06 de agosto de 2004, que faz parte do conjunto de documentos que integra seu pedido de indenização à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Nesse documento, Nazaré relata que quando migraram para Andirá, vieram o casal e seus três filhos, José Alves Cabral, Raimundo Alves Cabral e Joel Alves Cabral. Nos anos iniciais da década de 1960 também haviam nascido Delzina Alves Cabral e Israel Alves Cabral, o que fez com que a família buscasse primeiro trabalho em outras propriedades além da Fazenda Barreirão S/A e, depois, com os processos e perseguições políticas, se mudasse para a cidade, para uma pequena casa na Vila Industrial de Andirá. Ali nasceram os outros três filhos de Cabral e Nazaré, Moisés, Verani e Dario Alves Cabral. Digredindo sobre essa época, nas palavras de Dário A. Cabral (1996), em carta endereçada à Comissão Especial do Ministério da Justiça:

Fui crescendo, passando as vezes até fome mas consegui sobreviver. Quando cheguei a idade de ir para a escola não pude ir, porque o que minha mãe e meus irmãos ganhavam mal dava para o aluguel e o sustento da casa. Então eu não podia ir para a escola, porque não tinha como me manter.⁶

⁶ Carta de Dário Alves Cabral, do dia 22 de maio de 1996, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Ministério da Justiça. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 42.

Nesse sentido, considero a pobreza uma violência causada pela desigualdade social e por estruturas de manutenção dessa desigualdade, que atuava na vida de Nazaré, Cabral e continuaria a deixar marcas nas vidas de seus oito filhos. Também mais tarde, no ano 1963, a família voltou a residir na zona rural.⁷

Se uma das marcas do início da década de 1960 foi a organização dos trabalhadores rurais e as reações a esta, na mesma época era forte a instrumentalização da ameaça do comunismo internacional. No início da década de 1960, com o acirramento dos conflitos locais e das disputas que estavam em curso, seja com a SUPRA, com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, com a Crise da Legalidade, com o complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Com os “ensaios da guerra revolucionária” (Lemos, 2018), que culminariam no golpe civil-militar, entra em curso uma sequência de prisões na região do Norte do Paraná, justificadas pela Doutrina de Segurança Nacional, mas que vinha na esteira dos interesses dos proprietários rurais, na desmobilização da ULTGA e dos sindicatos da região.⁸

No período, além de Cabral, a ULTGA e o Sindicato possuíam mais quatro lideranças e todos foram punidos. Edmundo Bonesso e seus irmãos, Alexis e Alcides, foram presos em 1964, acusados de subversão em sua atuação na ULTGA; Cabral foi preso em 1964, 1967, 1968 e 1969; Raul Gomes Carvalho duas vezes, em 1964, por suposto envolvimento com o Grupo dos 11, e em 1969, por promover agitação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá.

Repressão institucionalizada

Nos dias 04 e 05 de abril de 1964, logo após o golpe, também foram realizadas prisões em Bandeirantes, Cambará e Itambaracá, Wenceslau Braz, municípios localizados na mesorregião Norte Pioneiro do Paraná. Segundo depoimento de Edmundo Bonesso, nos autos do Brasil Nunca Mais (BNM) 238

⁷ FOLHA DE ANDIRÁ. Família de andiraense quer reparação do Estado pelo seu desaparecimento. 20 de ago. 2004. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 71.

⁸ JORNAL DO BRASIL. Brasil já começou o ensaio da guerra revolucionária. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1960, p. 10.

/ Inquérito Policial Militar (IPM) 384/64, ele havia sido levado no dia 06 de abril a Curitiba, junto com outras 28 pessoas. Além destes, foi preso em Wenceslau Braz, no dia 08 de abril, Altamiro Loureiro de Mello, eletricista. Ainda, em Andirá foram detidos Euclides Cassemiro Teixeira (solto em Jacarezinho/PR), e Cabral, que ficou detido no Batalhão da Polícia Militar, em Jacarezinho. As prisões contaram com a cooperação das delegacias da região, das prefeituras e da Igreja.⁹

Entretanto, de acordo com a dissertação “Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá-PR (1964-1982)” (Silva, 2019), diferentemente do momento anterior a 1964, essas prisões buscavam uma aparente justificativa legal. Durante as prisões foram violados os parágrafos 20, 21 e 25 da Constituição de 1946, que vigorava na época do golpe 1964, pois não ocorreu flagrante dos supostos crimes, a prisão não havia sido comunicada ao juiz, não houve direito de plena defesa aos acusados e não foi informado os motivos das prisões para algumas das pessoas detidas.

As prisões realizadas nesse momento deram início aos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) desenvolvidos no período. Maria Helena Moreira Alves (2005), no livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, nos explica que o IPM era um procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das Forças Armadas e também na Lei de Segurança em vigor. A partir de 1964, apoiados no AI-1, os IPMs foram usados de maneira generalizada, para investigar crimes militares e políticos. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, em levantamento realizado no livro *As universidades e o regime militar*, calcula-se que apenas em 1964 foram

⁹ O *Brasil: Nunca Mais* (BNM) foi um projeto coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns, junto com organizações da sociedade civil, realizado nos anos 1980, que investigou processos do Superior Tribunal Militar (STM) e revelou detalhes sobre torturas, perseguições e repressão política no período. Os documentos utilizados pelo Projeto foram organizados recebendo o título BNM e uma numeração, abarcando 710 processos do STM. Os arquivos físicos que compõem o Projeto BNM estão no Arquivo Edgar Leuenroth, do Centro de Pesquisa e Documentação Social do IFCH/UNICAMP e os arquivos digitalizados podem ser consultados em: <<https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. No presente texto utilizaremos a terminologia BNM com a numeração correspondente do Projeto *Brasil: Nunca Mais* e na sequência o título Inquérito Policial Militar e a numeração correspondente, seguida do ano de início do processo. Nesse sentido, as fontes para a lista das prisões na região são: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 139 – IPM 406/66. DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Delegacia de Andirá. Fundo DOPS/PR. Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.

estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil (Motta, 2014, p.49)

A partir do AI-1, foram postas em prática várias operações policiais em todo o país, que visavam a repressão e desarticulação da oposição. Essas operações ficaram conhecidas como Operação Limpeza. Nesse contexto, como padrão da Operação Limpeza, mesmo diante da ausência do cumprimento normativo, houve a tentativa de apagar as ilegalidades ao longo do processo, em justificativas que foram sendo argumentadas nos depoimentos. Durante as apurações do BNM 238 / IPM 384/64, houve a tentativa de minimizar a ilegalidade das prisões ao afirmarem (as testemunhas) que um juiz foi consultado antes das prisões serem realizadas e ao juntarem ao processo uma denúncia (não assinada) de que ocorreria um levante comunista. A busca por uma aparência de legalidade foi um novo *modus operandi* nas ações policiais e pode ser entendida através do conceito de terrorismo de Estado. Este compreende as políticas de terror que foram aplicadas na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980. Estas políticas se orientavam na Doutrina de Segurança Nacional e na forma da guerra contrarrevolucionária, sendo um terrorismo em grande escala, promovido pelo Estado, dentro e fora das fronteiras do país (Padrós, 2008).

O terror impetrado contra opositores políticos, grupos sindicais e demais setores da esquerda, passou a complementar as ações de violência já utilizadas na região contra os trabalhadores rurais. Naquele momento, surgia a oportunidade de não só desmobilizar os trabalhadores, mas de reprimir e exterminar suas iniciativas de organização sindical. As prisões das lideranças de trabalhadores rurais da região foram efetuadas em horários diversos, no local de trabalho e em outros locais que seriam públicos, de modo que a operação policial para prender os trabalhadores servisse para gerar constrangimento social a estes. Após, os presos foram levados à Delegacia de Andirá, a qual, com veículos da Prefeitura Municipal e em ação conjunta com delegacias de cidades próximas, como Jacarezinho, organizou um comboio para as prisões. A maioria dos presos políticos foram levados a Curitiba, mas Francisco Alves Cabral permaneceu em Jacarezinho, preso no Batalhão da Polícia Militar.

Interrogatórios

Segundo Mariana Jofilly (2008), que estudou os interrogatórios realizados durante a Operação Bandeirante, pelo DOI de São Paulo (1969-1975), estes são os testemunhos do funcionamento de uma engrenagem em que os procedimentos eram clandestinos e os produtos destituídos de valor jurídico. A intenção dos interrogatórios era a de angariar informações para chegar a novas prisões e “transmitir ao Dops material suficiente para que o declarante fosse indiciado” (Jofilly, 2008, p. 364). Nos períodos em que Cabral ficou preso no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, provavelmente, houve interrogatórios preliminares. Em 1964 em Andirá, Francisco Alves Cabral era a única liderança sindical que de fato trabalhava na lavoura e que era negro, visto que os irmãos Bonesso eram comerciantes, brancos, descendentes de italianos. Nesse sentido, também devemos considerar que a violência sistemática e a tortura para obtenção de informações, possivelmente foram utilizadas, uma vez que também se relacionavam à violência estrutural e ao fato de Cabral ser de classe baixa e afro-brasileiro. De acordo com Jofilly, o uso de métodos de tortura é mais recorrente quando o alvo é investido de considerável dose de desumanização e “no caso de indivíduos oriundos das classes mais desfavorecidas, o processo de construção de um olhar que não reconhece o outro como um igual remonta a uma longa tradição de exclusão social, cujas raízes podem ser encontradas na instituição da escravidão” (Jofilly, 2008, p. 379).

No fichário individual de Cabral, produzido pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso novamente em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e posto em liberdade em 16 de junho do mesmo ano. Neste momento, teria sido colhido o depoimento oficial, prestado em 15 de junho. Essa segunda prisão teria relação com a repressão e coerção da atuação sindical e, também, visava a coleta e formalização de informações acerca da atuação de personagens como a professora Maria Lorena Santos e Silva, o dentista Edson Campos e Silva, os senhores Agliberto Vieira de Azevedo e Alaor Figueiredo, entre outros, que seriam ligados ao PCB. As informações colhidas pelos interrogatórios, os materiais apreendidos e as pessoas presas nos meses iniciais de 1964, foram encaminhadas a DOPS.

Esses documentos serviram de base ao Inquérito Policial-Militar instaurado em 21 de setembro de 1964 sob a chefia de Ferdinando de Carvalho para apurar as atividades do PCB e do PCdoB. O IPM 709 contém uma pasta chamada Pasta 16 PR, que foi enviada a Procuradoria Geral da Justiça Militar em agosto de 1966 e resultou no arrolamento de diversos militantes e na cassação dos direitos políticos, com base no AI-2. Com este trabalho, Carvalho se tornou especialista em repressão ao comunismo e foi promovido a general de brigada em 1973.

Então, a Pasta 16 PR foi uma tentativa de mapear as atuações, diretrizes e indivíduos que seriam comunistas e infiltrados em instituições públicas. Era imbuída do objetivo de conhecer o inimigo e encontrar as suas infiltrações dentro de instituições. As concepções de que haveria um inimigo a ser combatido, cuja atuação era ideológica e extremamente perigosa, que se infiltrariam em instituições ou no tecido social, são elementos da ideia de guerra contrarrevolucionária e essa criou uma permissividade para as políticas de terrorismo de Estado. Na região em que estudamos, podemos visualizar essas práticas ao longo das prisões, dos processos, das suspeições e, também, nas condições que tornaram possíveis a instrumentalização de Francisco Cabral por parte da polícia. Para dialogarmos sobre essa afirmação, iniciaremos observando o depoimento de Maria Lorena Campos e Silva presente no IPM 139 / IPM 406/66. Antes, é importante informar que não houve nenhum IPM em que Cabral figurasse como réu e nem processo iniciado antes 1967 contra o mesmo. Então, nos IPMs citados, Cabral constava como testemunha e não como acusado. Os acusados do IPM 238 eram os irmãos Bonesso e os acusados do IPM 406/66 eram Maria Lorena Campos e Silva, Edson Campos e Silva e Miguel Dinizo. Na tese “Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Parapanema em São Paulo (1946-1969)”, de autoria de Juliana Carolina da Silva (2023), foi observado o depoimento de Maria Lorena e Edson Campos e o paralelo e realizada a comparação com a estrutura do depoimento de Francisco Cabral. A comparação demonstrou como os marcadores sociais presentes nessas três pessoas foram lidos e refletidos nas formas de tratamento e composição da fonte policial.

No depoimento prestado por Francisco Alves Cabral, presente no BNM 238 / IPM 384/64 e IPM 139 / IPM 406/66, colhido em 15 de junho de 1964, na

DOPS/PR, em Curitiba, constam inicialmente as perguntas de identificação, informando que o depoente possuía quarenta anos, sendo natural de Campina Grande/PB, sua filiação e que trabalhava como lavrador em Andirá. Após, perguntado sobre como teria se envolvido em atividades subversivas, Cabral teria respondido que trabalhava na lavoura, quando em 1961 havia sido procurado pelos irmãos Bonesso e por Maria Lorena Campos e Silva, para que assumisse a função de presidente da Associação dos Trabalhadores em Geral de Andirá. Sobre a fundação deste sindicato, Cabral teria contado que a “associação, escondia, na finalidade de tratar de assuntos referentes, à vida social do trabalhador, o verdadeiro propósito COMUNISTA, como ficou logo demonstrado, nas pregações, durante as reuniões que faziam”.¹⁰ Mais adiante, perguntado sobre as atividades que o sindicato realizava:

respondeu que, de início, havia grande confusão, porque, digo, porque, sem advogado, eram os IRMÃOS BONESSOS junto com MARIA LORENA, que intimavam os Fazendeiros, a comparecerem à Séde da Associação, onde se tratavam grandes discursões, nas quais concitavam os trabalhadores a PEITAR OS PATRÕES, tomando-lhes as TERRAS, INVADINDO-LHES AS FAZENDAS; que nas reuniões de assembleia, os assuntos que se tratavam eram sempre REFERENTES AO PARTIDO COMUNISTA, À SUA IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.¹¹

Seguindo, foi questionado sobre a motivação de ter aceitado ser presidente do Sindicato e teria contado que havia como recompensa um pagamento de Cr\$20.000,00, mantimentos e aluguel de casa, que seria pago pelos proponentes. Em outro trecho do depoimento, a recompensa seria de Cr\$40.000,00, pagos pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná e mais a mesma quantia, paga pela família Bonesso e por Maria Lorena. O documento narra que o valor serviria “para o sustento de sua numerosa família” e “como não andasse bem de finanças, sem recursos, pois era trabalhador na lavoura, o declarante, achou mirabolante a proposta, e, não titubeou em aceitar”, mas “que para tal teria o declarante que se converter num dêles, isto é, um COMUNISTA”. Teria recebido o pagamento até outubro de 1963, quando rompeu com os irmãos Bonesso e com Maria Lorena Campos e Silva, “fato êste, que relatará posteriormente”. E, quando perguntado se

¹⁰ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 238 – IPM 384/64, p. 89, grifo no documento.

¹¹ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 238 – IPM 384/64, p. 89, grifo no documento.

poderia comprovar o pagamento recebido, teria respondido que não possuía documentos, mas sim, que Pedro Lopes da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, poderia confirmar a versão.¹²

Após, foi perguntado se naquele período Cabral possuía a inteira confiança dos comunistas e:

RESPONDEU que, sim, a pondo, digo, ponto de ter sido escolhido por EDMUNDO BONESSO para ir apreender em CUBA OS MÉTODOS E PROCESSOS UTILIZADOS PARA ORGANIZAR GRUPOS DE LAVRADORES, afim de [?] com eles, aplicar êsses métodos à REVOLUÇÃO que pretendiam deflagrar no Brasil.¹³

A viagem teria durado dois meses e sido custeada por Edmundo Bonesso. Junto com mais doze pessoas de diferentes estados, orientadas por José Leandro, que seria um importante nome do Partido Comunista no Rio de Janeiro, partiram de São Paulo em um avião para Cuba. Ao voltar para o Brasil, Cabral teria trazido material para servir de propaganda à revolução, mas não concordou com os irmãos Bonesso e rompeu com estes. “Decidiu então dedicar-se exclusivamente a Sindicalização pura do lavrador procurando com os meios que dispusesse afastá-los ou impedi-los de cair nas garras dos comunistas”.¹⁴

Porém, análise do depoimento de Cabral indica que os agentes falam através do testemunho, instrumentalizando a fala do depoente, como percebemos através dos seguintes aspectos: 1) o depoimento de Cabral foi um resumo ou uma narrativa do depoimento, escrito totalmente em terceira pessoa; 2) O narrador já possuía o conhecimento das sequências de perguntas que seriam feitas; 3) Houve o emprego do vocabulário repressivo e a inclusão de informações completas e com exatidão de datas e nomes completos. Por isso, no depoimento de Cabral nota-se que a fala deste é muito próxima da forma como um agente da repressão discursaria. Aliado aos jargões policiais usados pelo escrivão, havia uma tentativa de não enquadrar o investigado como comunista, mas sim, como um infiltrado, uma vez que houve uma ruptura com os “comunistas”, que seriam os irmãos Bonesso e Maria Lorena.

¹² As citações utilizadas no parágrafo foram retiradas de: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 238 – IPM 384/64, p. 90, grifo no documento.

¹³ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 238 – IPM 384/64, p. 93, grifo no documento.

¹⁴ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM 238 – IPM 384/64, p. 93-94, grifo no documento.

Sobre os fatos narrados, o documento porta muitas incoerências, como a variação do valor do pagamento pelo cargo de presidente e a ida para Cuba. O valor pago pela função de presidente do Sindicato seria de Cr\$20.000,00, mantimentos e aluguel de casa e em outro momento, consta no depoimento que seria de Cr\$40.000,00 e vale mencionarmos que o salário mínimo na época era de Cr\$6.650,00, maior do que o salário recebido por Cabral no ano de 1963, como vimos no início deste texto. Nesse sentido, a incoerência se dá devido ao valor pago pelo cargo de presidente ser demasiado alto, em que, se houvesse mesmo ocorrido os pagamentos, possivelmente Cabral não precisaria mais trabalhar naquele período, o que não ocorreu. Ainda, há as muitas citações às figuras de renome nacional e a atuação política de Cabral sendo descrita com uma dimensão grande, como se Cabral tivesse ligações e posições semelhantes às de um dirigente do PCB nacional. Ademais, as informações que constam no depoimento transportam as organizações locais e o sindicato para uma abrangência nacional. Acreditamos que essas sejam incoerências que mais denotam a delírio dos policiais do que a veracidade das informações.

Além disso, nos momentos em que Cabral estereotipa os militantes como comunistas, se isenta do protagonismo das ações, conta que rompeu com os “comunistas” e narra situações que claramente seriam de interesse dos interrogadores. A aproximação com os interlocutores é um elemento discursivo que pode ser lido como uma estratégia ao lidar com os interrogadores, servindo-se de determinadas posições para diminuir a distância e a “desumanização” que os separava. O depoimento de 1964 prestado por Cabral foi utilizado em dois processos, no BNM 238 / IPM 384/64 e no BNM 139 / IPM 406/66. O primeiro processo (BNM 238/ IPM 384/64) foi aberto a partir dos desdobramentos dos interrogatórios e da coleta de materiais considerados subversivos, na operação limpeza que se seguiu nos primeiros dias após o golpe. Esse processo foi julgado pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (5ª CJM), em Curitiba/PR, tendo como acusados Edmundo Bonesso, Alcides Bonesso e Alexis Bonesso. O segundo processo (BNM 139 / IPM 406) foi aberto em 02 de dezembro de 1966 e teve como órgão responsável pela condução a Auditoria da 5ª CJM, em Curitiba, que julgaria os acusados Miguel Dinizo, Edson Campos Silva, Maria Lorena Campos Silva e Sebastião Machado de Oliveira.

Finalizadas as buscas policiais, o encarregado do IPM, André Luiz dos Santos, em 29 de julho de 1964, escreveu o relatório terminativo do caso de Andirá. Salienta que, Francisco Cabral, homem simples, pobre, passando privações, ante as propostas de remuneração, moradia e suprimento feitas pelos Bonesso, aceitou assumir a presidência da União Geral de Trabalhadores de Andirá, se tornando o “testa de ferro” dos Bonesso. Para o capitão, Cabral se envolveu nas ações da União movido por questões econômicas e por simples persuasão dos Bonesso que o manobraram rumo a objetivos subversivos que desconhecia. Mas como ali depunha, “desviou-se a tempo do erro e da subversão”. Posto isto, a comissão de IPM afirma que Cabral seria uma preciosa testemunha não devendo ser arrolado como indiciado.

Nesse momento, podemos traçar duas possibilidades de interpretação sobre esse depoimento de Cabral. A primeira é que o depoimento tenha sido forjado pela polícia, escrito conforme seus interesses e entregue para Cabral assinar, sob ameaça ou demais violências, conforme prática utilizada em outros momentos. A segunda possibilidade é que, para evitar a violência, Cabral tenha usado como estratégia aproximar as informações prestadas do que seriam os interesses do agente repressivo, buscando manter a sua integridade e de seus familiares. Ambos os cenários nos remetem às intencionalidades do agente repressor e constata práticas de terror e intimidação. Cabral foi solto em 16 de junho de 1964. Ele reapareceria nos documentos da Polícia Civil de Jacarezinho como informante em 1967.

Diversas informações que teriam sido prestadas por Cabral aparecem em boletins da repressão no Paraná, como na Pasta 19, datada de 27 de novembro de 1964, mas não elencam nenhuma atividade de Francisco Alves Cabral. Ele reaparece, no entanto, nos documentos da Polícia Civil de Jacarezinho como informante em 1967. Inferimos que, a partir de sua soltura, Cabral passou a ser uma fonte de informação aos policiais e que os depoimentos de Cabral auxiliaram como fonte na montagem de relatórios sobre o PCB e o PCdoB no Paraná. Nos interrogatórios, os policiais teciam as perguntas considerando as necessidades informacionais, que eram requeridas através dos ofícios do SNI e da DOPS.

Em 11 de abril de 1967, Francisco Alves Cabral assinou uma declaração afirmando que esteve na reunião narrada num “relatório”, no qual relatavam ações do sindicato rural, e a declaração teve firma reconhecida no cartório do

vereador Olavo Arieta Negrão. Consta na declaração que a reunião terminou por “motivo de passar-ser mais de Onze horas da noite”, horário em que o cartório já estaria fechado. Tal fato denota a existência de uma colaboração entre o cartório do vereador Negrão e o sistema repressor do período ou a antecipação da necessidade de comprovar em cartório a fidedignidade do encontro, devido alguma pressão do agente repressor. As declarações, relatórios e um envelope contendo uma fita magnética de áudio, supostamente entregue por Francisco Alves Cabral, foram enviadas ao promotor público em Curitiba, no dia 28 de abril daquele ano.¹⁵

No período em estudo, a Doutrina de Segurança Nacional, aliada ao terrorismo de Estado, a lógica da suspeição, as violências estruturais e aos interesses militares e privados dos proprietários rurais, por um lado, faziam com que o processo de coleta de depoimentos fosse embrenhado por ações de violência, de maneira que as ferramentas utilizadas na apreensão de informações também produzissem narrativas e informações conforme as preocupações e interesses desses agentes. Por outro lado, a verificação da legitimidade e acurácia também se fazia muitas vezes sob meios autoritários e violentos. Em entrevista coletada por Angélica Alvares com Edmundo Bonesso, este relata que:

O Cabral foi escolhido por nós porque ele era um [...] participante da classe trabalhadora, mas ele pensando de agradar a classe dominante dos militares né, os governantes militares, ele acabou se tornando nosso inimigo e inventando as maiores mentiras contra nós. E os militares acharam que ele era uma grande fonte de informações e começaram a torturar pra conquistar, pra conseguir mais informações e acabaram até destruindo a vida dele (Alvares, 2017, p. 141).

Embora não tenhamos como dimensionar o terror causado pela tortura, de acordo com Janaína Teles (2011), este era tamanho que havia recorrência que alguns militantes se antecipassem às torturas e fornecessem informações sobre localização e pontos de encontros, mesmo quando não eram diretamente interrogados a respeito. Segundo a autora, o próprio corpo dos indivíduos passou a ser um “meio”, onde a tortura “configurou-se como a exceção política originária na qual a vida exposta ao terrorismo de Estado foi incluída no ordenamento social e político” (Teles, 2007 *apud* Teles, 2011, p. 76).

¹⁵ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64.

É preciso lembrar, no entanto, que muitos torturados como Cabral já viviam em um sistema social excludente e desigual que, de outras maneiras, lhes ameaçava constantemente a vida.

De acordo com o estudo realizado sobre os documentos BNM 238 / IPM 384/64 e BNM 139 / IPM 406/66, percebemos que Cabral não havia figurado como investigado em nenhum inquérito ou indiciado em algum processo, tendo sido somente testemunha nesses processos pelos quais foi preso para ser levado a “interrogatório”. Ao longo de 1964 até o início do ano de 1965, ele havia sido preso pela polícia ao menos três vezes. A primeira prisão foi entre os dias 04 e 05 de abril de 1964 e foi mantido no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, momento em, provavelmente, houve interrogatórios preliminares. Os documentos dessa prisão e das investigações contra Francisco Cabral não constam nos arquivos das Delegacias de Andirá ou de Jacarezinho, somente em narrativas de outros. A exemplo, a prisão aparece descrita nas falas do Delegado Albino Pontara, de Edmundo Bonesso e no testemunho de Nilson Bachiega.¹⁶ Já no fichário individual de Cabral, produzido pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso novamente em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e posto em liberdade em 16 de junho de 1964. Antes de ser libertado, teria sido colhido o depoimento oficial, prestado em 15 de junho de 1964, que consta no BNM 238 / IPM 384/64 e BNM 139 / IPM 406/66, como testemunho.¹⁷ Em um termo de interrogatório do IPM 384/64, de 04 de novembro de 1965, do Juiz de Direito da Vara Criminal de Andirá, Cabral afirmava que nunca tinha sido processado.¹⁸

Dessa forma, as prisões pelas quais Cabral passou durante os anos de 1964 a 1965, foram realizadas sem qualquer formalidade legal ou controle judicial, pois embora levado a depor na DOPS e no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, não houve justificativa para as detenções. Além disso, nas

¹⁶ Conferir os documentos: DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Termo de Declarações prestadas por Albino Pontara em 1969 ao Departamento de Polícia Federal. Fundo DOPS/PR, 1969. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997.

¹⁷ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406/66. DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Delegacia de Andirá. Fundo DOPS/PR.

¹⁸ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997, p. 22.

Delegacias locais não houve nem mesmo os registros nos inquéritos que estavam sendo conduzidos para apurar atos de Cabral considerados subversivos. Logo, as prisões pelas quais passou podem ser caracterizadas como sequestros. Nestes momentos, Cabral já não era mais reconhecido como militante por seus pares e era visto como informante pela polícia. Assim, os traumas e a sua posição perante os demais militantes e os militares conferiram um outro tempo a sua condição social, passando a estar em uma espécie de não-lugar absoluto.

De preso político a informante

De acordo com a Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega, constante no processo 303/96, encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, o trabalho de informante realizado por Francisco Alves Cabral e Nilson Bachiega foi comandado pelo major Dinalberto Cardoso Moreira e o tenente ou sargento José Marinho da Silva, ambos da Delegacia de Polícia de Jacarezinho. Estes pretendiam que Francisco e Nilson colaborassem na delação de militantes comunistas, “em troca, Cabral que fora detido por alguma razão, ficaria em liberdade; que Cabral cumpriu o acordo e denunciou algumas pessoas”. Pouco tempo depois, Nilson mudou-se para Taguatinga/DF e para lá Cabral fora mandado e ambos passaram a prestar informações a Polícia Federal.¹⁹ Nisso, Nilson “soube através do policial conhecido por Índio, que Cabral estava se complicando em contradições e que seria “apertado” para esclarecer de vez suas atividades”.²⁰ Sobre o termo “apertado”, este é uma maneira informal e enganosa de se referir a tortura e essas maneiras implícitas de falar sobre essa prática são comuns nos espaços de fala dos perpetradores. Pois, como nos explica Martha K. Huggins no texto “Tortura em Dez Lições” (2014), a denominação enganosa acerca da tortura é um dos aspectos dos elementos que auxiliariam na promoção, ocultação e justificativa da prática. Os agentes

¹⁹ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 26.

²⁰ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 27.

citados por Nilson Bachiega são Deusdeth Cruz Sampaio, delegado da Polícia Federal de Brasília, que em 16 de abril de 1971 iria fazer um curso especializado nos Estados Unidos da América; Geraldo Porci Araújo, agente também da Polícia Federal de Brasília; Índio Bugre Machado, agente da Polícia Federal de Minas Gerais.

Convém destacar que entre as informações verídicas que Cabral havia apresentado, também estavam as informações inventivas e circenses, como a sua ida a Cuba, a ligação com Francisco Julião, o fato de ser membro da guarda de Stroessner, sendo essas informações falseadas uma maneira de resistir aos agentes repressivos. Alex Polari, mencionado no trabalho de Janaína Teles (2011), aponta que havia basicamente dois tipos de resistência em tortura, sendo o “método turco”, que consistiria em negar sempre e dizer o mínimo possível, e o “método francês”, que se pautava na contação de muitas histórias, contra-informações, pontos frios, disfarces e simulação de colaboração” (Polari, 1982 *apud* Teles, 2011, p. 166).

Considerando que o risco de contra-informação é um dos possíveis problemas de gerenciamento no sistema de inteligência, pois as próprias fontes podem tender a preencher certos vácuos informacionais com informações fabricadas, existia um *modus operandi* do que fazer nesses casos. Nesse sentido, a forma de verificação das informações, utilizada na Polícia Federal em Taguatinga, segundo consta na declaração de Nilson Bachiega, enviada à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, foi a tortura e as atenções dos agentes repressivos recaíam sobre as informações acerca da ida de Cabral a Cuba. Havia lacunas com relação ao financiamento utilizado por Cabral, à finalidade da viagem e à utilização dos conhecimentos aprendidos no país caribenho. Durante o período em que Cabral passava pelas sessões de tortura no Distrito Federal, o mesmo conseguiu fugir e voltou para Andirá. Ou seja, depois de ele ter sido informante, ainda foi preso e torturado.

Já em 17 de novembro de 1967, no prontuário individual sobre Cabral, a DOPS/PR, salienta que ele era atuante na área compreendida entre Londrina e Jacarezinho, agitador, doutrinador, afeito da tática marxista e mestre em difusão de boatos.²¹ No prontuário, afirma-se ainda que estava “arrepentido [...] faz-se passar por informante de confiança do SNI e Exército Nacional”,

²¹ DEAP. BR Prontuário individual PI 1226.342. Francisco Alves Cabral. Fundo DOPS/PR, 1967.

“Aparentando humildade procura insinuar-se entre as autoridades civis e militares da região objetivando conquistar-lhes a confiança”. No mês de maio de 1968 foi preso novamente, agora figurando como réu, acusado de roubo. De acordo com relato de familiares no processo encaminhado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, “ele foi arrancado de sua casa na frente de sua esposa e de seus filhos menores, os mais velhos estavam na roça” e foi condenado a dois anos de reclusão, na Colônia Penal de Piraquara, em Curitiba/PR.²²

Considerações finais

Em 1996, Maria Nazaré Oliveira Cabral, esposa de Francisco, requereu à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos o reconhecimento da morte do marido na prisão de Curitiba, visto ser ele sindicalista e tido como comunista pela DOPS. Segundo os relatores João Grandino Rodas e Belisário dos Santos Júnior, o

Documento datado de 3/11/1969, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, declara que Cabral fugiu enquanto cumpria pena de reclusão de dois anos na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas. Segundo o relator, mesmo tendo sido provada a militância política de Cabral, nada leva a firmar a convicção de que, realmente, Francisco tenha sido morto na prisão.²³

Assim, através do relator, a família recebeu a informação do Estado, que ilustra o último tempo de Cabral, sendo outra vertente de seu não-lugar absoluto produzido após a tortura. Agora, era alguém cuja existência está suspensa pois não está vivo, embora não seja reconhecido como morto, pelo Estado.

No momento das perseguições de Cabral e em seu desaparecimento, também se exerce o que Álvaro Abos (1979) denomina de violência “radial”,

²² Informações e relato presente em: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Cartas dos filhos – Raimundo Cabral. In: Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 31. FOLHA DE ANDIRÁ. Família de andiraense quer reparação do Estado pelo seu desaparecimento. 20 de ago. 2004. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 71.

²³ BRASIL. Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007, p. 445.

sendo a que expande o objeto da punição à família, aos amigos e às pessoas próximas. As dificuldades e violências derivadas à família de Francisco Alves Cabral são temas tratados nas cartas dos filhos, presentes no processo de indenização movido pela senhora Maria Nazaré e na matéria do dia 06 de agosto de 2004, da *Folha de Andirá*. Esta retrata que a esposa de Francisco Cabral, após a prisão do marido, perdeu o emprego e passou a sofrer preconceito e até na escola as crianças eram muito discriminadas. Conforme a narrativa de Maria Nazaré no Jornal, “diziam que a família era comunista”.

Nessa forma de política do medo, havia uma abrangência, sobre a qual foram atingidos “Cabrais”, “Nazarés” e “Euclydes Casseiros”, não havendo imunidade. Houve um prolongamento dessas políticas, tendo duração por toda a existência da ditadura no país e com sequelas que se projetaram para períodos posteriores. Além de que suas práticas serviram de modelo e colaboração para ditaduras em outros países, sendo extraterritorial, através de cooperações, manuais e informações que giravam numa rede de terror não delimitada por fronteiras físicas. Um exemplo da criação de manuais foi o manual de técnicas de interrogação produzido pelo gabinete central do Ministério do Exército e seu respectivo Centro de Informações (CIEI) em 1971, descoberto mais tarde em um arquivo de segurança da polícia no Estado do Paraná. O emprego da tortura pelas forças de segurança era política oficial aprovada e, como tal, sua prática tornou-se institucionalizada.²⁴

Havia a indiscriminada escolha de alvos, que independia de limites ideológicos, religiosos, de classe, idade ou outros marcadores sociais. Ainda, as ações das políticas do terror eram retroativas, pois havia a prática de vasculhar no passado e no presente nas pessoas aspectos que seriam cabíveis de punição ou desconfiança. Exemplos disso foram o processo contra os irmãos Bonesso, reaberto em 1967, e a trajetória do jovem Mário Stasiak, de Santo Antônio da Platina, que foi impedido de assumir um concurso público em 1992, devido ter antecedentes como “esquerdista”.²⁵ Por fim, tais políticas são caracterizadas como preventivas (Padros, 2008), pois um de seus principais objetivos era gerar a “cultura do medo”, que isolaria as vítimas e combateria as redes de solidariedade. Compondo essa cultura do medo, “*hay tambien el*

²⁴ Conferir em: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Interrogatório. Brasília: Ministério do Exército, 1971.

²⁵ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Mário Stasiak. In: Informe 02/90 / ARQ / ACT / 75. Difusão AMA/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1975. p.01-26.

rumor, el dato incierto, la sorpresa, el desconocimiento de las formas de dolor y sufrimientos posibles” (Garraton, 1988, p. 316).

No período, frente a essa esmagadora engrenagem, o silêncio se fazia como autodefesa. Ocultava-se assim o assassinato, ocultavam o assassino impune, se ocultava o que era sabido sobre o assassinato e ocultava-se o corpo de Cabral e de outros desaparecidos. Entretanto, naquele momento, o silêncio era uma estratégia de sobrevivência na sociedade repressiva que conjugava ameaças estruturais, sistêmicas e cardiais de morte. “O silêncio, tão opaco como expressivo, não é fácil de escutar. Pode expressar um desejo de esquecimento, ou então a incomunicação pura e simples” (Barraza, 1980, p. 155). No desejo de esquecer as atrocidades cometidas pelo Estado e por microdespostismos (Solis, 2006, p. 79), contribuindo em zonas cinzentas ou se alienando delas, o corpo social criava formas de conviver com tais violências. O mundo afetivo da solidariedade passava a existir num setor geográfico e não mais territorial, onde “o que foi um dia foi uma experiência social, agora é uma experiência habitacional” (Barraza, 1980, 156) e a realidade das experiências coletivas passaram a ter a validade do que os conhecidos próximos ou os próprios olhos pudessem ver. O “ouvir dizer” e as experiências narradas por outros passavam a ser alvo de suspeição.

Nesse sentido, silêncios, silenciamentos e suspeições também se inseriram na construção das memórias coletivas sobre o período, apagando os relatos e as lembranças. Para o presente texto, observamos a trajetória de Cabral, mas na conjugação da repressão e da resistência no período poderíamos ter muitas outras pessoas como Maria Nazaré, Maria Lorena, Edson Campos, Edmundo, Alexis, Alcides, Vicente, Jaime, Dário, entre diversos outros que atuaram em sindicatos e em resistências de movimentos sociais na divisa do Paraná com o Estado de São Paulo. No peso desse país e dessas cidades onde há poderes que até hoje se veem como impunes, onde o temor parece paralisador, vimos resistências com projetos políticos ligados ao PCB que Cabral ajudava na circulação, com suas interpretações e reformulações, através das atividades da ULTGA, com projetos de melhoria das condições de vida e de trabalho, levados a cabo em reivindicações e em processos da Justiça do Trabalho. Vimos resistências do cotidiano, nas manobras para conseguir conciliar discursos em falsos jogos de colaboração. Ainda, havia resistências nas maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar e dos militares, num

reemprego que substituí as formas e os métodos dos usos dos discursos hegemônicos, seja para fugir as ameaças, seja para resistir mais um dia ou para que a vida em tortura durasse mais uns minutos.

Referências

ABOS, Á. La racionalidad del terror. **El Viejo Topo**, Barcelona, n. 39, dic. 1979.

ALVARES, A. R. **Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar**: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andirá/PR. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2017.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005.

BARRAZA, X. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. *In*: MAIRA, L. *et al.* **América Latina**: novas estratégias de dominação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

JOFFILY, M. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JOFFILY, M. Mecânica do Interrogatório Político. *In*: CARDIA, N.; ASTOLFI, R. (Org.). **Tortura na Era dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LEMONS, R. L. do C. N. e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. *In*: FICO, C. *et al.* (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PRIORI, Â. A.; POMARI, L. R. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, nº128. Janeiro p.102-109, 2012.

PRIORI, Â. A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. A revolta camponesa de Porecatu. *In*: **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf>>. Acesso em 30 de nov. 2024.

RODEGHERO, C. S. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 148-176, 1997.

SILVA, J. C. da. **Controle, violência e política**: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá. 2019.

SILVA, J. C. da. **Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura**: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969). 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SOLIS, A. C. Los usos del miedo en torno a la última dictadura en Argentina. **Seminario Internacional Miedos y Memorias en Las Sociedades Contemporáneas**: Vaquerías, 23-24 de Octubre de 2003: Documentos de Trabajo. Política y violencia Universidad Nacional de Córdoba. Programa de Estudios sobre la Memoria, Núcleo Memoria (IDES) Programa de Estudios Sobre la Memoria, Universidad Nacional de Córdoba, 2006.

TELES, J. de A. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil, 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TELES, E. L. de A. **Brasil e África do Sul**: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.